

Educação e docência da travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento

Lia Machado Fiuza Fialho¹  0000-0003-0393-9892

Maria Aparecida Alves da Costa²  0000-0001-5213-4869

¹Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. 60714-502 – ppge.uece.br

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Sobral, CE, Brasil.
62042-030 – matematica.sobral@ifce.edu.br/gabinete.sobral@ifce.edu.br



Resumo: A pesquisa trata acerca da vida da primeira travesti professora universitária do estado do Piauí, Brasil. O objetivo foi biografar Letícia Carolina Pereira do Nascimento com ênfase em sua trajetória formativa e atuação docente na educação superior. O estudo do tipo biográfico ancora-se teoricamente na História Cultural e metodologicamente na História Oral, entrecruzada como fontes documentais. Letícia Carolina nasceu em Parnaíba, onde viveu aos cuidados da avó materna. Ainda na identidade Romário Rawlisson, teve a oportunidade de ser escolarizada em instituições particulares. Graduiu-se em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí, onde concluiu o mestrado e o doutorado em Educação e efetivou-se professora. Ela superou os preconceitos e as violências consoantes à sua identidade de gênero e tornou-se referência nos estudos transfeministas no Brasil, ocupando espaços pouco comuns às mulheres travestis.

Palavras-chave: História da Educação; Biografia; Transfeminismo; Educação de mulheres; Resistência.

Education and Teaching for Transvestite Letícia Carolina Pereira do Nascimento

Abstract: The research deals with the life of the first transvestite university professor in the state of Piauí, Brazil. The aim was to biographically describe Letícia Carolina Pereira do Nascimento, with an emphasis on her educational background and teaching career in higher education. Biographical study is anchored theoretically in Cultural History and methodologically in Oral History as documentary sources. Letícia Carolina was born in Parnaíba, where she lived under the care of her maternal grandmother. While still in the Romário Rawlisson identity, she had the opportunity to be educated in private institutions. She graduated in Pedagogy from the Universidade Federal do Piauí, where she completed her master's and doctorate in Education and became a teacher. She overcame the prejudice and violence associated with her gender identity and became a reference in transfeminist studies in Brazil, occupying spaces that are unusual for transvestite women.

Keywords: History of Education; Biography; Transfeminism; Women's education; Resistance.

Educación y enseñanza de la travesti Letícia Carolina Pereira do Nascimento

Resumen: Esta investigación trata de la vida de la primera profesora universitaria travesti del estado de Piauí, Brasil. El objetivo fue biografar a Letícia Carolina Pereira do Nascimento, con énfasis en su formación académica y trayectoria docente en la enseñanza superior en el estado de Piauí. El estudio biográfico se ancla teóricamente en la Historia Cultural y metodológicamente en la Historia Oral entrelazadas como fuentes documentales. Letícia Carolina nació en Parnaíba, donde vivió al cuidado de su abuela materna. Cuando aún pertenecía a la identidad Romário Rawlisson, tuvo la oportunidad de educarse en instituciones privadas. Se licenció en Pedagogía por la Universidad Federal do Piauí, donde completó el máster y el doctorado en Educación y se convirtió en profesora. Superó los prejuicios y la violencia asociados a su identidad de género y se convirtió en una referencia en los estudios transfeministas en Brasil, ocupando espacios inusuales para las mujeres travestis.

Palabras clave: Historia de la Educación; Biografía; Transfeminismo; Educación de mujeres; Resistencia.

Introdução

A pesquisa insere-se no campo da História da Educação por trazer à baila a biografia da professora Letícia Carolina Pereira do Nascimento, doravante Letícia Carolina,¹ como é conhecida, sendo a primeira professora travesti efetiva da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O estudo permite compreender a trajetória formativa da educadora, sua atuação na educação superior no estado do Piauí, bem como os percalços e resistências vivenciados por Letícia antes e depois de sua identidade travesti.

A investigação toma como objeto de estudo a biografia de uma mulher travesti, por isto, é interessante compreender que a imagem dessas pessoas é marginalizada pela sociedade desde os primórdios, carregando consigo o estereótipo da prostituição, uma vez que suas histórias são marcadas majoritariamente pela exclusão social e pela ausência de oportunidades de emprego (Torres; Marco Aurélio Prado, 2014). No entanto, Letícia Carolina mostra que, no século XXI, isso já não é uma regra, pois há mulheres travestis rompendo paradigmas diante dos atravessamentos de uma vida fadada ao preconceito e ocupando espaços públicos, como, por exemplo, a educação superior, como docentes e pesquisadoras, conquista forjada em meio a incontáveis lutas e resistências.

A inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento profissional estão entre as principais dificuldades das mulheres travestis. De acordo com dados levantados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), cerca de 90% da população de pessoas *trans*² utilizam a prostituição como fonte de renda e possibilidade de subsistência devido à baixa escolaridade provocada pelo processo de exclusão escolar, gerando maior dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e deficiência na qualificação profissional, majorando a exclusão social (Bruna Benevides; Sayonara Nogueira, 2019).

Diante desse contexto segregador experienciado por mulheres travestis, a escolha da vida de Letícia Carolina dá-se dentro do contexto da “biografia de exceção” forjado por François Dosse (2015), amparado nos pressupostos teóricos da História Cultural (Peter Burke, 1992) e metodológicos da História Oral (Verena Alberti, 2015). As memórias, permeadas de lembranças e esquecimentos, permitiram não apenas constituir uma narrativa acerca da vida educacional de Letícia Carolina, mas contextualizá-la e compreendê-la criticamente, tensionando barreiras e pré-noções que subjugaram e invisibilizaram tantas outras mulheres trans na História da Educação.

Letícia Carolina nasceu em 1989, na cidade de Parnaíba, no litoral do estado do Piauí, no Brasil. Nesse município, teve a oportunidade de cursar toda a educação básica em escolas particulares. Concluiu o curso de Pedagogia na UFPI e tornou-se a primeira professora travesti dessa instituição, ao contrário da maioria das mulheres trans, ocupando espaços profissionais antes inimagináveis para uma travesti.

Ante o exposto, a problemática central deste estudo parte do seguinte questionamento: quais dispositivos Letícia Carolina Pereira do Nascimento recorreu em sua trajetória de formação e atuação profissional para se constituir a primeira professora travesti efetiva da UFPI? Ao partir dessa problemática, objetivou-se, portanto, biografar a professora Letícia Carolina, com ênfase na sua trajetória formativa e atuação docente.

Ao levar em consideração que todas as pessoas produzem história e são importantes como sujeitos históricos, as pesquisas biográficas hermenêuticas permitem ampliar cientificamente a compreensão de acontecimentos e conjunturas (Le Goff, 1992). De tal modo, biografar a trajetória educacional de uma professora travesti importa, pois, além de registrar, preservar e valorizar a história de mulheres subjugadas e inviabilizadas pelo machismo e patriarcado, lança luz ao rompimento de paradigmas relacionados à identidade de gênero ainda latentes nas sociedades atuais.

Percurso teórico-metodológico

A pesquisa ancora-se nos pressupostos teóricos da Nova História Cultural, especificamente, a partir da terceira geração dos Annales, quando a preocupação se volta à análise de fatos ocorridos, considerando as subjetividades dos sujeitos (Burke, 1992), afinal, como acrescenta Sandra Pesavento (2004, p. 39), “[...] indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”.

Nessa tessitura, realiza-se uma redução na lente de análise, do micro para o macro, valorizando nuances individuais imbricadas indissociavelmente no contexto sócio-histórico do sujeito biografado (Lia Fialho *et al.*, 2020), de modo que se “[...] permite analisar o indivíduo de vida comum como sujeito real da história e das experiências vividas na configuração das relações sociais” (Charlton Machado, 2015, p. 23), ou seja, a partir da realidade e experiências

¹ Este artigo é oriundo de uma tese de doutorado defendida em 2023 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará, de autoria de Maria Aparecida Alves da Costa, sob a orientação da professora doutora Lia Machado Fiuza Fialho.

² Termo guarda-chuva utilizado para pessoas travestis, transexuais e transgênero (Torres; Prado, 2014).

de Letícia Carolina, é possível refletir sobre a representação de aspectos sociais, culturais e educacionais do cenário em que a biografada está inserida, valorizando a mulher travesti em seus aspectos subjetivos e individuais, sem perder de vista o intrínseco coletivo.

A partir de meados da década de 1980, a escrita da história deixa de valorizar somente documentos oficiais e personalidades consideradas ilustres (reis, heróis de guerra, eclesiásticos), passando a reconhecer como fonte tudo que conta a história do homem no tempo (utensílios, documentos pessoais, oralidades, objetos etc.), de modo que a Historiografia pôde ser escrita a partir de novos sujeitos, problemas, abordagens e, principalmente, novas fontes (Jacques Le Goff, 1993). Em consequência, os estudos biográficos passam a ganhar espaço novamente na Historiografia, com outra compreensão, uma vez que “[...] a perspectiva de trabalhar com biografias e/ou histórias de vida fornece subsídios para se entender o indivíduo em várias dimensões, bem como vislumbramos, também, os aspectos constituintes da sociedade de outrora [...]” (Rui Rodrigues, 2015, p. 61).

Esta pesquisa é de caráter biográfico de exceção, como explica Dosse (2015), porque foi desenvolvida a partir de um sujeito que foge à regra de sua coletividade, uma travesti que conseguiu alto nível de escolarização, o doutorado, e foi aprovada em concurso público para o ensino superior em uma universidade pública federal. A biografia de exceção foi desenvolvida a partir da metodologia da História Oral, por considerarmos que “[...] é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas diferentes” (Alberti, 2015, p. 164) de sujeitos e grupos sociais de qualquer camada social. Nesse percurso, a memória foi o substrato fulcral, fonte de inigualável importância para elaborar a narrativa biográfica proposta, afinal, como assevera Fialho (2015, p. 36), a história oral “[...] recorre à memória do informante, nas suas dimensões de tempo individual e coletivo, respectivamente, referentes à vida privada e social”, para ressignificar compreensões históricas e desnudar aspectos micro e macro-históricos que necessitam ser registrados, preservados ou ressignificados.

Para a reconstituição histórica da biografia de Letícia Carolina, realizaram-se três entrevistas livres em História Oral com a biografada, em novembro de 2020, maio de 2021 e setembro de 2022, com duração média de duas horas cada uma. Além disso, realizaram-se duas entrevistas temáticas com professoras que trabalharam com a biografada na Universidade Estadual do Piauí (Uespi), realizadas no mês de junho de 2021, com duração média de 50 minutos: Maria de Jesus Duarte (2022) e Evangelita Nóbrega (2022).

Os relatos orais foram gravados, transcritos e validados pelas colaboradoras, que tiveram a oportunidade de ler e conferir as informações por elas cedidas e fazer possíveis alterações. Elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando o uso de suas narrativas para fins de pesquisa e divulgação de conhecimento científico, com permissão para a quebra de anonimato, consoante parecer aprovado no Conselho Nacional de Ética em Pesquisa sob número 2.585.705/2018.

De Romário Rawlisson a Letícia Carolina: trajetória formativa

“Eu travesti. Assumi que sou divina. E criei a mim mesma. Somos criadoras. Crias de dores. A vida se faz frente à morte voraz” (Nascimento, 2021).

A epígrafe é um trecho do livro *Transfeminismo*, de autoria de Nascimento, lançado em 2021 no Brasil e republicado na França em 2023, traduzido ao francês, ganhando visibilidade internacional. A criação do “eu travesti” e do “eu criei a mim mesma”, descrita pela biografada, vai ao encontro do que se conhece e reconhece a respeito das rupturas da construção de sua própria identidade e sobre a potência dos corpos que podem ser plásticos, fluidos e sem órgãos e tantas outras definições (Gilles Deleuze; Félix Guattari, 2019).

Letícia Carolina é parnaibana, nascida no dia 14 de agosto do último ano da década de 1980. Filha do comerciante Railton Gomes do Nascimento e da dona de casa Aglai Maria Pereira do Nascimento, os quais tiveram quatro filhos, sendo Letícia a segunda. Por questões de ordem biológica, ela foi registrada com o nome civil Romário Rawlisson, identidade que viveu até 2017, quando assumiu a identidade de gênero de mulher travesti e começou a utilizar o nome social Letícia Carolina. É oportuno salientar que, no Brasil, asseguram-se a identidade de gênero e a utilização do nome social, amparadas legalmente pelo Decreto nº 8.727 (Brasil, 2016), o qual descreve que o nome social é a “[...] designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”.

Letícia Carolina foi criada em uma família afetuosa com seus pais e os três irmãos até os 10 anos de idade, quando sua mãe faleceu por complicações cirúrgicas. Após a perda de sua mãe, os netos foram morar com a avó materna, dona Lourdes, que assumiu a criação amorosa dos netos. Apesar de ser de família de poder aquisitivo médio-baixo, sua avó acumulava a aposentadoria do ofício de contabilista com a pequena pensão de seu falecido esposo, o

que lhe permitiu investir prioritariamente na educação dos netos, mantendo-os em escolas particulares durante toda a educação básica.

Letícia Carolina iniciou seu processo de escolarização aos 4 anos de idade no jardim I (atual infantil IV), em uma pequena escola de bairro nas proximidades de sua residência, chamada Monteiro Lobato, que ofertava o ensino de primeiro grau e a educação pré-primária (atual Educação Infantil), como eram denominadas antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

De acordo com as narrativas de Letícia Carolina, a escola era de pequeno porte, com poucas salas e escassos alunos, mas de excelente qualidade. Caracterizava-se por ser uma instituição de ensino tradicional, possivelmente por estar inserida temporalmente no contexto da década de 1990, período de redemocratização no Brasil (Dermeval Saviani, 1999), com práticas pedagógicas ainda conservadoras que valorizavam operações mnemônicas, o enciclopedismo, o civismo e a disciplina, baseadas em posturas nacionalistas conservadoras provenientes dos tempos de ditadura militar. A escola era vista como um aparelho de reprodução e de vigilância de uma sociedade construída nos pilares do conservadorismo, pois, de acordo com Vanessa Abreu e Geraldo Inácio Filho (2006, p. 133), ela “[...] era o centro das atividades cívicas, dela o civismo deveria irradiar para toda a comunidade; assim planejava o Estado”.

É oportuno salientar que, nesse período de ensino primário, Letícia Carolina, ainda na identidade Romário, já sofria alguns preconceitos por parte de seus colegas de classe, pois era uma criança com trejeitos afeminados, como ela relata: “No Monteiro Lobato, nos anos finais eu já comecei a me sentir muito incomodada, porque, na verdade, eu percebia que eu já era diferente das outras pessoas” (Nascimento, entrevista, 24/11/2020). Letícia tinha o hábito de brincar de boneca, de casinha e de outras brincadeiras com as meninas na hora do recreio, representações consideradas socialmente atividades femininas, motivo pelo qual sofria chacota por parte dos alunos do gênero masculino. A divisão de tarefas em detrimento do sexo é uma construção social que exige dos sujeitos, desde crianças, uma identidade de gênero definida biologicamente consoante o discurso heteronormativo ditado e reforçado a partir de diversas instituições, como a família, a escola, a religião, a medicina etc. (Oliveira, 2018).

Letícia Carolina também era gorda e negra, características que vão marcar não apenas o seu lugar de fala, mas toda a sua trajetória educativa no âmago dos preconceitos em relação à sua cor de pele, ao seu peso e ao seu comportamento destoante ao esperado para quem nasceu com genitália masculina (Djamila Ribeiro, 2017). Tais características foram importantes para ir determinando sua maneira de agir, de se comportar diante dos pares, de se posicionar na sala de aula, enfim, de tentar se fazer aceita numa sociedade *brancocêntrica*, machista, preconceituosa e extremamente desigual.

Após finalizar o ensino primário, a biografada foi matriculada em uma instituição chamada colégio Copedi, todavia, por problemas de adaptação decorrentes dos preconceitos acerca de sua condição afeminada, negra e gorda, foi transferida para o ginásio São Luiz Gonzaga, conhecido como colégio Diocesano, ou ginásio Parnaibano, onde cursou da sexta série até o segundo ano do Ensino Médio, ou seja, permanecendo cinco anos na referida instituição, de 2001 a 2006: “Eu me sentia muito reprimida na escola, sozinha. Eu sentava no fundo; eu achava que ninguém iria gostar de mim; eu desejava voltar para a minha outra escola, não queria ficar lá na escola Diocesano durante um bom tempo” (Nascimento, entrevista, 24/11/2020).

O objetivo de sentar-se “no fundo da sala” era uma tentativa de esconder-se, passar despercebida, uma estratégia de fuga daquela realidade à qual era submetida, no entanto, sempre sofria ataques de preconceitos relacionados à sua sexualidade, bem como por ser gorda. Não estava isenta das violências simbólicas, mas, por serem mais veladas, foi-lhe possível suportar silenciosa e silenciadamente, já que ela procurava manter-se calada e discreta, com ótimas notas, sem revidar agressões, com o mote de minimizar possíveis conflitos diretos.

Importa mencionar que essa experiência da biografada é também vivida por inúmeras outras pessoas trans no ambiente escolar, principalmente na fase da adolescência, o que as fazem abandonar a escola e não conseguirem a escolarização necessária para ocupar bons postos de trabalho.

A ausência de políticas públicas e de investimentos contundentes em mecanismos para a permanência da comunidade LGBT³ na escola, especialmente quando somada à falta de apoio familiar, nega o real acesso à educação por meio da violência de gênero e exclusão, afinal, se o estudante não se sente confortável e apoiado no ambiente escolar em que está inserido, a permanência torna-se insustentável, ocasionando a evasão escolar (Neil Almeida, 2014).

Inclusive, é perceptível pelas narrativas da biografada que o corpo docente das instituições educativas não estava preparado para trabalhar com a diversidade de gênero, pela omissão dos professores frente às diversidades e às atitudes discriminatórias dos alunos. Letícia

³ Inicialmente indicativa de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, hoje representa um grupo de sujeitos mais amplo fora das normas binárias de gênero e sexualidade, inclusive incorporando variações e ampliando-se para LGBTQIAPN+.

Carolina explica que, por ser boa aluna, o preconceito vindo dos “[...] professores era muito difícil. Eles nunca me trataram com desrespeito. Alguns eram inertes a situações de violência [...]” (Nascimento, entrevista, 05/05/2021). A postura de suposta neutralidade docente não ajudava a combater as violências e lhe repercutia como falta de apoio.

Com base no exposto, é importante salientar que a escola, como instituição de ensino e de transformação social (Carlos Brandão, 1982), deve cumprir seu papel também de inclusão, acolhendo e protegendo pessoas travestis “[...] e demais sujeitos que fogem ao padrão heteronormativo e saber tratar com prioridade as questões relacionadas ao gênero ao longo do processo formativo de crianças e adolescentes” (Fialho; José Maria Hernández Díaz; Vitória Freire, 2020, p. 82).

A mote de exemplo, Letícia Carolina relembra um dos momentos vivenciados na escola que, para ela, era dos piores, em razão do constrangimento cotidiano, bem como sua estratégia de superação diante da omissão dos professores: “Por exemplo, me [sic] constrangiam quando eu ia ao banheiro. Ficavam tentando pular da cabine. [...]. Então eu comecei a ir ao banheiro apenas no meio da aula; pedia para os professores, porque no recreio eu não podia ir” (Nascimento, entrevista, 05/05/2021). A questão do uso do banheiro para pessoas LGBT, principalmente pessoas trans, sempre foi uma problemática a ser resolvida e, por mais que hoje seja um direito assegurado por lei, ainda assim não é respeitado (Sara York, 2020).

Após o difícil período de adaptação, Letícia Carolina afirma ter criado algumas táticas de “sobrevivência” e resistência na escola, mesmo diante do *bullying* em relação à sua sexualidade e sua aparência física. Ela começou a ressignificar a percepção de si usando os atributos que se destacavam em sua personalidade, como, por exemplo, ser engraçada e estudiosa, pois isso a ajudava a conquistar algumas amizades, como ela rememora:

Comecei a gostar da escola, a fazer amizades e a criar algumas táticas de sobrevivência dentro da escola, então eu consegui realmente gostar da escola. Apesar da violência, eu já conquistava mais as pessoas, essa coisa da desenvoltura, da piada, de ser engraçada, de ser inteligente também, isso acabou conquistando muitas pessoas, e eu comecei a fazer amizades, e o *bullying* diminuiu um pouco, porque as pessoas me viam como uma pessoa popular dentro da escola (Nascimento, entrevista, 24/11/2020).

O fato de contar com um grupo de amizades significava não estar mais tão vulnerável aos ataques homofóbicos e gordofóbicos. A rede de apoio constituída ajudava a suportar os ataques preconceituosos. Aos poucos, a repressão sofrida e os mecanismos de resiliência elaborados foram tornando-se substrato para o empoderamento; Letícia Carolina foi se mostrando uma pessoa conhecida na escola, uma líder com ótima capacidade de agregar as pessoas, vindo a conseguir ser presidente do grêmio estudantil por três anos seguidos.

A conclusão do Ensino Médio se deu no colégio Apoio, que era uma instituição apenas de Ensino Médio e de preparação para o vestibular. Os estudantes eram mais maduros e focados na aprovação nos exames para ingressar no Ensino Superior; logo, Letícia Carolina não teve problemas em relação à sua sexualidade ou aparência. Em 2007, ela prestou vestibular para Pedagogia na UFPI e para Direito na UESPI, uma vez que se identificava com ambos os cursos, todavia, conseguiu aprovação somente em Pedagogia, por ser menos concorrido.

Imagem 1 – Formatura de Letícia Carolina



Fonte: Arquivo pessoal de Letícia Carolina.

#PraTodoMundoVer A imagem mostra Letícia Carolina sorrindo, quando usava a identidade de Romário, ao centro, de toga, com uma faixa azul na cintura, e segurando o canudo, também azul, com a mão esquerda. À sua direita, em pé, está a avó, com um vestido branco, longo; sua mão esquerda está sobre o ombro direito do neto, e a mão direita da avó, que tem cabelos curtos, segura o braço direito do neto.

A **Imagem 1** mostra Letícia Carolina, ainda com a identidade de Romário, acompanhada de sua avó, ao concluir a graduação com êxito por ser muito estudiosa, em 2011. Em seguida, seguiu carreira acadêmica e cursou o mestrado em Educação (2012-2014) e doutorado em Educação (2019-2023), ambos na UFPI.

Atuação docente de Letícia Carolina

No final do curso de Pedagogia, a biografada foi aprovada em concurso público para a educação básica na cidade de Luís Correia, onde foi lotada, inicialmente, em turmas de Educação Infantil na zona rural da cidade, ainda na identidade de Romário. Em relação a esse contexto, Megg Rayara Oliveira (2017, p. 157) ressalta que “[...] a simples presença de uma bicha preta exercendo o magistério desencadeia uma série de discursos que revelam que a escola, ao contrário da bicha, mudou pouco e continua caracterizada por discursos racistas e homofóbicos”.

Por ter sido aprovada no mestrado em Educação na UFPI no *campus* de Teresina e, possivelmente, por não ser o exemplo de figura esperada para atuar na educação de crianças pequenas, conseguiu sair da zona rural e ser lotada na Secretaria de Educação como assessora de projetos, assim como coordenadora de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos entre os anos de 2012 e 2014, para possibilitar conciliar o trabalho com o mestrado. Em 2014, após a conclusão do mestrado, a biografada voltou a atuar como professora, desta vez, nas primeiras séries no Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), todavia, permaneceu em Parnaíba. Em 2015, prestou seleção pública para Educação Superior e foi aprovada como professora substituta na UESPI, conciliando o trabalho como docente na Educação Básica e Superior até 2018.

Na UESPI, Letícia Carolina atuava em diversos cursos de licenciatura (Filosofia, Sociologia, História e Inglês) com disciplinas pedagógicas. Ela relembra: “Eu mais ministrava era no curso de História. Os alunos de História gostavam muito de mim porque eu sempre tive leituras foucaultianas, então eles gostavam da minha proximidade com essas leituras” (Nascimento, entrevista, 12/09/2022). Já com a disciplina de Filosofia, o cenário não era prazeroso, pois ouvia comentários como: “Além de ser uma professora de Filosofia nesse curso, a gente ainda tem que ter uma professora travesti” (Nascimento, entrevista, 12/09/2022).

A professora Maria de Jesus Duarte, conhecida apenas por “Dude”, relembra que o primeiro dia de aula foi “impactante” não só pela sua prática, mas também pela forma como Letícia, ainda na identidade de Romário, apresentou-se em sala de aula.

Foi muito interessante a atuação dele na Universidade Estadual. O primeiro dia de aula do Romário foi muito impactante, porque ele levou uma série de apetrechos, várias coisas para fazer uma aula diferente, uma aula envolvente. Levou alguns materiais, mas a forma como ele se apresentou, como ele estava vestido, foi impactante, porque ele estava ali com um calção *short* desses que a gente vai à praia, um calção de tacetel, um chinelinho, parecido mesmo como se ele fosse à praia, e de camiseta, e foi para lá, e algumas pessoas, aquelas pessoas mais tradicionais, meio se perguntando por que aquele professor estava entrando na sala de aula daquele jeito. Ele quebrou bem esse padrão daquele professor que se veste e que vai lá todo vestido de calça comprida; ele foi assim muito à vontade (Duarte, entrevista, 13/07/2022).

Naquele momento, o professor Romário quebrava os padrões não só da vestimenta que era esperada de um professor universitário, mas também o padrão de comportamento esperado para um professor homem, fazendo florir existências trans naquele ambiente, como relembra em entrevista a Nóbrega (14/07/2022):

Na UESPI, ele já estava passando por essa transição, tanto que ele começou a usar vestidos, se *[sic]* pintar, usar pulseira, bolsas, sapatos, e isso na universidade causou muita estranheza, porque, para os olhos da universidade, principalmente as pessoas com mais de 40 anos ou 50 anos, ou seja, um público mais tradicional, digamos assim, não compreendiam, até porque tinham pouca leitura sobre isso e não compreendiam essa transformação.

É oportuno salientar que esse período era o momento de transição da identidade de Romário para Letícia Carolina, quando já possuía maior maturidade, estabilidade financeira, consciência de si e empoderamento. Consoante o relato de Letícia Carolina, ela nunca sofreu nenhum tipo de constrangimento marcante nas instituições de Ensino Superior, o que proporcionou maior liberdade para assumir de vez sua identidade travesti. Importa ressaltar que, de acordo com ela, mesmo ainda na identidade masculina, “Eu sempre sabia que eu queria ser uma mulher travesti, sempre soube disso” (Nascimento, entrevista, 24/11/2020), todavia, somente com as condições culturais e econômicas mais favoráveis, conseguiu revelar à sociedade sua identidade de gênero.

Ademais, sua avó materna percebia sua transição, e não lhe julgava ou repreendia com severidade, ao contrário, sempre lhe tratava com muito amor e respeito; possuía, porém, dificuldades de aceitar e entender a necessidade da mudança de nome e o uso de vestimentas

e adereços femininos. Dessa maneira, ela não queria chatear a avó, contudo, após a sua morte, no final de 2014, não havia mais nada que a impedisse de se assumir como Letícia Carolina. Afinal, a constituição da identidade travesti não acontece de forma instantânea, ela perpassa por inúmeros aspectos, como, por exemplo, sociais, econômicos, familiares e, principalmente, o conhecimento do sujeito com seu corpo e seus desejos (Marco Antônio Torres, 2012). Ante o exposto, a identidade travesti de Letícia Carolina vai se consolidar publicamente apenas no ano de 2017.

Imagem 2 – Letícia Carolina atuando como professora



Fonte: Arquivo pessoal da biografada.

#PraTodoMundoVer A imagem mostra Letícia Carolina sorrindo, em primeiro plano, ao lado direito da foto. Ela usa um vestido vermelho, acima dos joelhos, com estampa em que predominam o preto e o branco. Ela está com o cabelo cacheado, na altura dos ombros, em uma sala de aula. Pode-se ver, ao fundo, um quadro branco com a bandeira LGBT pendurada em seu canto esquerdo. Ao lado esquerdo do quadro, há uma mesa com lanches e, no chão, ao lado e um pouco atrás de Letícia Carolina, há uma bandeira LGBT e um cartaz utilizados para trabalhar a temática de gênero em sala de aula.

A **Imagem 2** mostra Letícia Carolina trajando vestido colorido, com unhas pintadas e colar, caracterizando-a como mulher travesti, e usando um rol de materiais pedagógicos para trabalhar a temática gênero. Em relação à sua prática educativa, ela se apropriou da metodologia da sociopoética, a qual consiste em uma “[...] construção coletiva do conhecimento que tem como princípios a valorização dos sujeitos da pesquisa, além do reconhecimento da importância do corpo, da criatividade do tipo artística, considerando a dimensão ético-estética e política da produção do conhecimento” (Lia Silveira *et al.*, 2008, p. 2). Nóbrega (2022) ressaltava que as aulas de Letícia Carolina eram inovadoras e quebravam padrões preestabelecidos; ela se utilizava das múltiplas linguagens.

Em 2019, Letícia Carolina foi aprovada no concurso público para o magistério superior na UFPI, tornando-se a única mulher travesti efetiva de uma instituição pública no estado. Em uma entrevista cedida ao jornalista André Gonçalves (2021) para a *Revista Revestrés*, Letícia Carolina relata que sempre lhe perguntam o que ela faz na universidade, ao que ela responde:

Faço as mesmas coisas que toda professora: preencho diário, planejo aula, preparo *slide*, faço avaliação, publico artigos, submeto projetos de pesquisa – a única diferença é que sou travesti –, a única, no meu departamento, meu *campus* e minha universidade. E faço questão de esclarecer uma coisa: não compactuo com ideias de meritocracia, não quero que nessa entrevista pareça que, se eu consegui chegar aonde cheguei, qualquer uma consegue. Porque isso é mentira, não é fácil e eu só cheguei porque tive condições: estudei em escola particular, tive educação de qualidade, nunca tive problemas sociais como passar fome, não ter o que vestir (Nascimento, 2021, p. 16).

Letícia Carolina, como professora, mulher, travesti, feminista e negra, vai ganhando visibilidade não apenas no seu ambiente de trabalho, mas no Brasil e outros países do mundo, por intermédio da sua atuação nas redes sociais, nos veículos de comunicação, nas suas produções escritas e na militância em defesa de justiça social, respeito às diversidades e igualdade de oportunidades para outras pessoas da comunidade LGBT. Com o ingresso como efetiva no Ensino Superior e a estabilidade profissional, Letícia Carolina passou a utilizar sua trajetória de vida e identidade trans como “[...] plataforma de luta, e então eu comecei a militar nessa perspectiva” (Nascimento, entrevista, 24/11/2020). A militância da biografada versa sobre o empoderamento de pessoas trans e travestis, principalmente no campo educacional.

Atualmente, Letícia Carolina é referência nacional no que concerne ao *transfeminismo* no Brasil, ganhando maior visibilidade com o lançamento de seu primeiro livro, intitulado *Transfeminismo*. Ela destaca constantemente, na sua militância, que tantas outras mulheres trans não conseguiram superar as múltiplas barreiras e dificuldades decorrentes do preconceito de

gênero, especialmente se este se soma à raça negra e à classe social desfavorecida, como também assevera Angela Davis (2016) em seu livro *Mulheres, raça e classe*.

De tal modo, a biografia de Letícia Carolina permite visualizar como ainda é difícil para uma mulher travesti conseguir altos níveis de escolarização e ser aceita pela sociedade, tornando-a uma exceção à maioria, o que destaca a urgência em investir em políticas públicas afirmativas que proporcionem minimizar as barreiras sociais, culturais e econômicas que mantêm esse grupo à margem de uma vida digna e dos espaços prestigiados da sociedade.

Considerações finais

O estudo objetivou biografar a professora Letícia Carolina com ênfase na sua trajetória formativa para compreender como ela se constituiu como a primeira professora travesti efetiva da UFPI. Para isso, realizou-se uma pesquisa biográfica que priorizou as fontes orais para desvelar uma narrativa que lança luz às barreiras formativas enfrentadas por mulheres travestis para se manterem nos bancos escolares e alcançarem níveis diferenciados de educação formal e se posicionarem em postos de trabalho majoritariamente ocupados por homens brancos heteronormativos.

A parnaibana Letícia Carolina é proveniente de uma família humilde: seu pai trabalhava no setor comércio e sua mãe atuava como dona de casa. Ela perdeu sua mãe aos 10 anos de idade e passou a morar com a avó materna, que era aposentada e pensionista e assumiu a guarda dos quatro netos. Sem poder proporcionar qualquer luxo aos netos, priorizou investir na educação das crianças, colocando-as para estudar em escolas privadas consideradas de boa qualidade.

O Ensino Primário de Letícia Carolina foi realizado na escola Monteiro Lobato, uma "escola de bairro" de boa qualidade. O Ensino Fundamental e parte do Ensino Médio foram realizados no colégio São Luiz Gonzaga, o Diocesano, que era uma das escolas que formavam muitos jovens da elite parnaibana. Finalizou o último ano do Ensino Médio no colégio Apoio, preparando-se para o vestibular. Na educação superior, graduou-se em Pedagogia, cursando, posteriormente, mestrado e doutorado em Educação na UFPI. Essa trajetória, no entanto, foi permeada por inúmeras violências simbólicas, especialmente decorrentes das questões de gênero, da negritude e do sobrepeso, que geravam preconceitos, *bullyings* e exclusões diversas.

Para superar toda a discriminação, Letícia Carolina elaborou mecanismos de superação e resiliência, muitas vezes difíceis de serem aplicados em prática em decorrência das situações vexatórias e dos inevitáveis enfrentamentos necessários para sobrevivência e permanência nos espaços formais de educação, quais sejam: manter-se discreta, falar pouco, sentar-se ao fundo da sala para não chamar atenção, estudar para tirar boas notas, manter a disciplina esperada pelos professores, evitar embates e conflitos diretos, ignorar indiretas preconceituosas e silenciar por muito tempo sua identidade de gênero como mulher travesti.

As táticas mencionadas, somadas à convivência no seio de uma família amorosa e compreensiva que valorizava sobremaneira a educação, foram determinantes para que Letícia Carolina, na identidade masculina de Romário Rawlisson, conseguisse concluir sua educação básica e o Ensino Superior, tornando-se pedagoga. Sua sexualidade foi reprimida por muito tempo, já que a transição da identidade "gay afeminado", vinda à tona aos seus 18 anos de idade, para a identidade travesti se deu por volta de 2017 a 2019, após a morte da avó e a conquista da estabilidade financeira como professora efetiva da UFPI, justamente pelo receio de majorar os preconceitos socioculturais, culminando em maior marginalização, rejeição e exclusão.

Além da sua prática educativa permeada pela sociopoética e suas atividades criativas e dinâmicas em prol da desconstrução de paradigmas heteronormativos e preconceituosos realizadas na instituição, Letícia Carolina tornou-se uma referência nos estudos de gênero em nível nacional, com repercussão internacional. Ela é uma das principais autoras que discutem *transfeminismo* no Brasil e despontou a partir da publicação do seu livro *Transfeminismo*, o que lhe levou, inclusive, a realizar palestras em várias universidades no país e aumentar seu engajamento nas redes sociais.

Por ser uma pessoa que foge dos padrões normativos de uma sociedade opressora, machista e patriarcal, desde o ensino primário, Letícia Carolina deparou-se com preconceito em relação ao seu corpo e ao seu comportamento, o que lhe fez pensar em desistir de estudar por várias vezes. Por ser uma criança que estava acima do peso, sofria gordofobia; por apresentar traços afeminados, como gostar de brincar de boneca com as meninas, sofria homofobia; por ser negra, sofria racismo. Quando criança, as violências eram mais moderadas, intensificando-se no período do Ensino Fundamental e Médio, à medida que tais características iam ficando mais evidentes.

A biografia de Letícia Carolina foi considerada biografia de exceção justamente porque ela foge à regra perversa que assola quase 90% das mulheres travestis e transexuais, que vivem à margem da sociedade em situação de prostituição para garantir a sobrevivência, muitas

expulsas de casa, excluídas das escolas e negligenciadas pelo Estado. De tal modo, assevera-se que não basta garantir o mero acesso à educação via matrícula em uma escola pública, é necessário assistir a comunidade LGBT com políticas públicas contundentes que assegurem reais condições de permanência nos espaços educativos com respeito às diversidades.

As pesquisas biográficas não permitem generalizações, o que pode ser apontado como uma limitação deste estudo; sabe-se, todavia, de sua importância para ampliar a compreensão acerca de aspectos vivenciados por sujeitos considerados invisibilizados, lançando lume a outras mulheres travestis e transexuais, com trajetórias semelhantes ou destoantes, que também são sujeitos históricos importantes para a sociedade. Nessa perspectiva, elaborou-se uma narrativa histórica que toca em pontos nodais do contexto ainda exclusivo da Educação Brasileira.

À luz do que foi exposto durante o estudo, sugerem-se pesquisas futuras que se debrucem sobre temáticas relacionadas às mulheres travestis e transexuais, ao seu direito de existirem com dignidade humana e resistência à *cisheteronormatividade*, para que, rompendo paradigmas e assegurando direitos, elas deixem de ocupar “um não lugar na sociedade” (Nascimento, 2021) e conquistem, cada vez mais, espaços onde são vistas e reconhecidas como potências para fortalecerem a luta por igualdade e justiça social.

Referências

ABREU, Vanessa Kern de; INÁCIO FILHO, Geraldo. “A educação moral e cívica – doutrina, disciplina e prática educativa”. *Revista Histedbr On-line*, Campinas, n. 24, p. 125-134, 2006. Disponível em https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4955/art11_24.pdf. Acesso em 20/03/2024.

ALBERTI, Verena. “Fontes orais: História dentro da História”. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 105-202.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de. *Professoras trans brasileiras: ressignificações de gênero e de sexualidades no contexto escolar*. 2014. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13671>. Acesso em 27/10/2020.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020*. Brasil: ANTRA/IBTE, 2019. Disponível em <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contras-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em 10/07/2021.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. *Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016*. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm. Acesso em 14/04/2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 27/03/2023.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales: a revolução da historiografia francesa 1928-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs*. 2 ed. São Paulo: 34, 2019. v. 3.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

DUARTE, Maria de Jesus Marques. *Entrevista concedida à pesquisadora Maria Aparecida Alves da Costa*. Fortaleza, 13/07/2022.

FIALHO, Lia Machado Fiuza. *Biografia de um jovem traficante: brigas de gangues e homicídios em série*. Fortaleza: Editora da UFC, 2015.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; BRAGA JUNIOR, Victor Ricardo de Sousa; MONTE, Raylane Sales; BRANDENBURG, Cristine. "O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará". *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades*, Fortaleza, v. 2, p. 1-13, 2020. Disponível em <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505>. Acesso em 16/02/2025.

FIALHO, Lia Machado Fiuza; HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria; FREIRE, Vitória Chérída Costa. "História da educação na biografia da transexual José Honorato Batista Neta". In: GONZÁLEZ-DELGADO, Mariano; LORENZO, Manuel Ferraz; MACHADO-TRUJILLO, Cristian (Orgs.). *Transferencia, transnacionalización y transformación de las políticas educativas (1945-2018)*. Salamanca: FahrenHouse, 2020. p. 77-84. Disponível em <https://www.fahrenhouse.com/omp/index.php/ft/catalog/book/4>. Acesso em 16/02/2025.

GONÇALVES, André. "Qualquer coisa de intermédio". Entrevista com Letícia Carolina. *Revista Revestrés*, Teresina, 27/12/2021. Disponível em <https://revistarevestres.com.br/entrevista/qualquer-coisa-de-intermedio/>. Acesso em 16/02/2025.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução de Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.

MACHADO, Charliton José dos Santos. *A dimensão da palavra: práticas de escrita de mulheres*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Entrevista concedida à pesquisadora Maria Aparecida Alves da Costa*. Fortaleza, 24/11/2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Entrevista concedida à pesquisadora Maria Aparecida Alves da Costa*. Fortaleza, 05/05/2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Entrevista concedida à pesquisadora Maria Aparecida Alves da Costa*. Fortaleza, 12/09/2022.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NÓBREGA, Evangelita Carvalho. *Entrevista concedida à pesquisadora Maria Aparecida Alves da Costa*. Fortaleza, 14/07/2022.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 2017. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. "Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação". *Periódicos*, Salvador, n. 9, v. 1, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/25762>. Acesso em 18/03/2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Rui Martinho. "Biografia e gênero". In: FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Orgs.). *Biografia de mulheres*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará, 2015. p. 54-70.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo*. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVEIRA, Lia Carneiro; ALMEIDA, Arisa Nara Saldanha de; MACEDO, Simara Moreira de; ALENCAR, Monyk Neves de; ARAÚJO, Micheli Ângelo Marques de. "A sociopoética como dispositivo para produção de conhecimento". *Espaço Aberto – Interface*, Botucatu, v. 12, n. 27, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/LKRgcGBrGyynnz47cWv5VZVL/abstract/?lang=pt>. Acesso em 16/11/2022.

TORRES, Marco Antônio. *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas*. 2012. Doutorado em Psicologia – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-99GHDH>. Acesso em 14/03/2024.

TORRES, Marco Antônio; PRADO, Marco Aurélio. "Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders". *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 201-220, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf&lang=ptAcesso>. Acesso em 14/03/2024.

YORK, Sara Wagner. *Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "sistemas" de Pós-Graduação*. 2020. Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Lia Machado Fiuza Fialho (lia_fialho@yahoo.com.br) é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará – UECE e do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPP/UECE). Pesquisadora Produtividade em Pesquisa CNPq 2. Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidad de Cádiz – Espanha; doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC); mestra em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (Unifor); Professora adjunta do Centro de Educação da UECE. Editora-chefe da *Revista Educação Formação* do PPGE/UECE e da Coleção Práticas Educativas da Editora da UECE (EdUECE). Líder do grupo de pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades (PEMO).

Maria Aparecida Alves da Costa (maria.alves@ifce.edu.br) é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Sobral. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE-UECE). Pós-doutora, mestra e doutora em Educação pelo PPGE-UECE, na área de concentração em Formação de Professores. Pesquisadora nos grupos de estudos e pesquisas: Práticas Educativas Memórias e Oralidades (PEMO-UECE), Educação, Ciência e Formação (GEPF-IFCE), Núcleo de Estudos Teórico-Críticos em Escrita Literária e Interações Linguísticas (IFCE).



COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

FIALHO, Lia Machado Fiuza; COSTA, Maria Aparecida Alves da. "Educação e docência da travesti Lefícia Carolina Pereira do Nascimento". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 2, e111019, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Lia Machado Fiuza Fialho: redação, discussão de resultados, correção.

Maria Aparecida Alves da Costa: concepção, coleta e análise de dados, elaboração do manuscrito, redação, discussão de resultados.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 25/02/2026

Aprovado em 02/03/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Maria Helena Lenzi  0000-0003-0729-2328

EDITORA CIENTÍFICA

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112
